

ASFOC-SN

Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz

Conhecimento e inovação para a saúde,
o desenvolvimento e a cidadania:
O Estatuto da Fiocruz

Sindicato dos
Trabalhadores
da Fiocruz

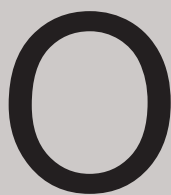
16 a 19 de novembro de 2015

Considerações do Sindicato

VII CONGRESSO INTERNO
DA FIOCRUZ
Plenária Extraordinária

Análise do documento de referência e estatuto para discussões durante o VII Congresso Interno

Apresentação



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc-SN) procurou garantir a efetiva participação dos trabalhadores nos debates que antecederam a Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno. Organizou dois Fóruns específicos, com transmissão para as Regionais, visando aprofundar os temas propostos, e esteve presente nos Seminários preparatórios.

Neste documento, trazemos um pouco dos anseios e preocupações dos trabalhadores registrados ao longo de todos esses fóruns pertinentes. Não só em relação ao futuro institucional, como com a atual situação política e econômica do país. Não à toa, a conjuntura do Brasil ganhou espaço de destaque em todas as discussões. A Fiocruz não é uma ilha!

Neste momento, em que os direitos dos trabalhadores sofrem ataques de todos os lados e a privatização na área da Saúde já é uma realidade, cabe aos delegados deste Congresso reafirmarem as cláusulas pétreas da Fundação: “compromisso social, caráter público e estatal, integralidade institucional e gestão democrática com controle social”.

Ao longo de todo esse ano, os trabalhadores da Fiocruz fizeram 63 dias de greve e estiveram em incontáveis Atos, Marchas e Manifestações por melhores condições de trabalho, em defesa dos direitos e contra projetos que colocam em risco garantias constitucionais.

Os delegados também têm um grande desafio: devem se posicionar contra o ajuste fiscal, os cortes orçamentários que afetam as políticas sociais, os riscos da privatização do serviço público e a precarização do trabalho.

A Fiocruz deve reforçar o protagonismo pela consolidação do Sistema Único de Saúde, público, de qualidade, integral e gratuito. Fortalecer o SUS é garantir o direito Constitucional do acesso à saúde a todos os brasileiros.

Análise de conjuntura

A situação pela qual passa a economia brasileira atualmente é muito delicada. Queda do PIB (a maior dos últimos 25 anos) já para este ano; inflação em alta, com estimativa de entrar na casa de dois dígitos; desemprego que chegou à casa dos 8%; e juros altos, aumentando as despesas com a dívida pública - que em 2015 deve consumir quase a metade do orçamento federal, grande parte dos orçamentos estaduais e até municipais.

É para alimentar o Sistema da Dívida que reiteradamente sofremos injustos cortes de verbas em serviços públicos essenciais como Saúde e Educação, Ciência e Tecnologia, Segurança, e em Infraestrutura, apesar dos elevados tributos que pagamos embutidos em tudo que consumimos. Quem ganha com isso é o sistema financeiro. Essas decisões sobre os juros são tomadas antes do que supomos. Não é possível que a política social fique a reboque de ser ação

mínima em função do pagamento absurdo da dívida.

Junto à conjugação dessas variáveis temos uma crise política, com um Congresso conservador, que se apropria de disputas partidárias individuais e avança em propostas antidemocráticas.

Em 2015 tivemos a aprovação da lei que permite o capital estrangeiro na assistência à Saúde, a redução do montante de recursos federais destinados à saúde pública, com Emenda Constitucional do orçamento impositivo, que altera a metodologia de financiamento do SUS com a execução das emendas de parlamentares, as Medidas Provisórias 664 e 665 que retiram direitos dos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, o projeto que libera a terceirização para as atividades fins e a PEC 451 que estabelece a contratação de plano de saúde para todo e qualquer empregador.

Segundo a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro, em debate organizado pela Asfoc-SN, a PEC 451 “está dentro de um bojo de ações legislativas que

visam desconstruir o SUS e enfraquecer as responsabilidades do Estado”.

Com este cenário de situação bastante adversa para as políticas sociais e para a garantia de direitos já conquistados, chegamos à Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno onde precisaremos reforçar o protagonismo da Fiocruz no fortalecimento do Estado para atendimento das justas demandas da população.

Muitos dos pontos que levantamos na plenária anterior ainda se mantêm, como a defesa do SUS, com toda as instâncias que a compõe, o enfrentamento do Agronegócio que insiste no uso de material químico já banido no resto do mundo, a regulação de alimentos transgênicos, a qualidade dos alimentos e sua segurança, e políticas ambientais que recuperem e protejam o meio ambiente, com especial atenção à questão da água.

A violência urbana, em especial da população pobre que vive na periferia das cidades, permanece num crescente, inclusive contra crianças de comunidades próximas à Fiocruz.

Controle social

A Instituição deve se posicionar respondendo efetivamente às demandas da população na área da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovação. Como iniciativas recentes podemos citar o Decreto 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social, com a qual se faz necessário dialogar, para que sejam aperfeiçoados os mecanismos de formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas e aprimoramento da gestão pública. Para isso, as instâncias de controle social já presentes na estrutura da Fiocruz, como o Conselho Superior, devem sofrer análises mais aprofundadas, revendo seu papel e sua efetividade.

Seguindo a mesma lógica, se faz necessário garantir a maior participação de instâncias colegiadas no processo de atualização do Projeto Institucional da Fiocruz, em especial por meio do CD, das Câmaras Técnicas e de reuniões do conjunto dos Conselhos Deliberativos das unidades. As pautas dos colegiados deverão relacionar os processos e iniciativas relacionados ao projeto de Atualização do Projeto Institucional da Fiocruz, de um processo amplo de consulta, controle social, e aprendizagem visando sua contínua qualificação.

Precisamos fazer com que a instituição esteja mais atenta em seu processo de comunicação com a sociedade, indicando, por exemplo, uma participação mais ativa do Conselho Nacional de Saúde em nossas ações, assim como nas discussões e deliberações sobre os rumos institucionais.

Financiamento

Somos uma instituição de Saúde, por isso entendemos ser papel da Fiocruz a defesa de investimento do Estado em políticas públicas intersetoriais que potencializem a promoção da saúde e que permitam a defesa do SUS como diz a própria Constituição de 1988: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado”

Nessa linha, diferente do que vem sendo delineado no âmbito nacional e internacional, com apoio da própria OPAS/ OMS, para que o conceito de cobertura universal de saúde seja apropriado pela oferta de planos privados de saúde para as populações, direcionando para eles os recursos públicos, em contraposição a criação de sistemas universais nacionais públicos, como é o caso do SUS e outros sistemas públicos nos quais ele foi inspirado. Precisaremos defender o princípio do SUS contra os interesses “mercantilizados” que tentam se apropriar de seus conceitos para justificar a privatização do setor público.

Entendemos que a Emenda Constitucional 86, do orçamento impositivo, é mais uma das dificuldades com que teremos de lutar na defesa do SUS, já que a dívida sanitária acumulada no Brasil é imensa, agravada pela falta de prioridade em termos orçamentários.

Ademais, para atendimento do estado de bem estar pretendido por nossa Constituição de 1988, se faz necessário incremento de investimento no desenvolvimento científico e tecnológico, já que o incremento desse desenvolvimento abre oportunidades significativas para a constituição da saúde como um direito universal, integral e equânime.

Outro sim, temos de pensar e agir numa reforma política e tributária. Articular essas duas vertentes é fundamental, além da participação no ciclo orçamentário.

Entendemos ser também papel da Fiocruz a defesa de investimento adequado do Estado em políticas públicas intersetoriais que potencializem a promoção da saúde. Entendemos que, na área da Saúde, a ausência do Estado no seu compromisso com a sociedade só será revertida com ações incisivas em todas as dimensões do SUS, inclusive em sua força de trabalho, com a valorização das carreiras e profissionais comprometidos e bem remunerados.

Ainda com relação ao financiamento, é necessário que a Plenária Extraordinária do VII Congresso seja capaz de refletir sobre as ações que devem ser garantidas e mantidas com recursos orçamentários destinados anualmente à Fiocruz e aquelas que podem e devem ser desenvolvidas a partir de captação de recursos externos. Como Instituição Pública e Estratégica de Estado, entendemos que existem ações estruturantes que não podem sofrer descontinuidade. A dependência de captação externa é um risco para essas ações que a população efetivamente espera como resposta da Fiocruz e que demandam recursos orçamentários garantidos.

Regulação do trabalho na Fiocruz

A Fiocruz deve intensificar as gestões junto ao governo federal e Congresso Nacional, com foco na reestruturação das carreiras e valorização salarial de ativos e aposentados. Assim como já faz o Sindicato, deve atuar contra projetos que retiram direitos e precarizam o trabalho, como o PL 30/15, que regulamenta a terceirização, e a PEC 139/15, que extingue o abono de permanência, incentivo a servidores públicos federais que optam por continuar trabalhando após atingir todas as condições para a aposentadoria.

Outro ponto que demanda recursos orçamentários do Tesouro e que diz respeito à força de trabalho para que a Instituição atenda adequadamente ao SUS é a questão da saúde do trabalhador, que vem apresentando considerável aprovação por parte dos servidores, como a implementação do transporte coletivo, café da manhã e preparação para aposentadoria (PPA), mas que demandam extensão para todos os campi e regionais, assim como a oferta de vagas em creche e atualização dos exames periódicos. A implementação das ações do Sistema SIASS deve ter continuidade e sua manutenção e seu crescimento assegurados com recursos do Tesouro, por não se configurar como ação que caiba uma captação externa de recursos.

Entendemos que a Fiocruz deva ter um olhar cuidadoso para os trabalhadores terceirizados, atuando firmemente junto às empresas contratantes para que estas cumpram fielmente a legislação trabalhista. Também entendemos que devam ser discutidos com as unidades critérios para contratação, salários e demissões, a fim de se evitar nepotismo e injustiças.

Estas discussões deverão incorporar a regulação do trabalho e dos mecanismos de controle, transparência e equidade de oportunidades. Entendemos que a Instituição deve adotar medidas destinadas a dar ampla publicidade à comunidade Fiocruz e à sociedade, dos fatos concernentes ao relacionamento com a Fiotec ou agências de fomento, com a publicação dessas informações em sites institucionais, além da relação de projetos desenvolvidos e em andamento, com objetos, metas e indicadores, assim como a divulgação dos beneficiários, valores recebidos, atividade realizada, os montantes financeiros gerenciados e parcerias entre outros.

Estatuto

Entendemos que o Estatuto deva ser atualizado, pois a Fiocruz e as Unidades estão com novas estruturas discutidas e aprovadas em Congresso desde 2006.

Caso o PL que cria a empresa pública Biomanguinhos não seja aprovado ou que não atenda às salvaguardas e cláusulas pétreas votadas no Congresso anterior - até o momento em que a Presidência da República assine o novo estatuto - Biomanguinhos permanecerá na mesma condição de hoje, ou seja, uma Unidade técnico-científica da Fiocruz.

A atualização estatutária sobre a alteração da natureza jurídica de Biomanguinhos só deve ser efetivada com a total segurança e a manutenção da integralidade institucional da Fiocruz.

Para monitorar e acompanhar os desdobramentos da criação da empresa pública Biomanguinhos, entendemos ser importante a reativação imediata da Câmara Técnica Assessora (CTA).

Gestão democrática e participativa

Com relação às propostas de monitoramento e acompanhamento das decisões do Congresso, é necessário que a Plenária se posicione claramente para propor um caminho factível e viável, fortalecendo e aprimorando as instâncias que já existem no modelo atual, como os Conselhos Deliberativos das Unidades e as Câmaras Técnicas, procurando alcançar maior capilarização das discussões e ações sobre acompanhamento e efetivação das diretrizes propostas neste Congresso.

Por fim, devemos reafirmar a importância de que os próximos Congressos Internos sejam realizados sempre nos primeiros anos de cada gestão, como forma de nortear realmente o planejamento dos mandatos dos presidentes eleitos, recuperando ainda uma lógica de diagnóstico realizado de forma mais compartilhada, com ampla participação da comunidade.

Muito oportuno os debates preparatórios que aconteceram na Fiocruz, uma demanda dos trabalhadores, e a organização das Unidades que fizeram Assembleias para discutir o temário desse Congresso. Com certeza eles reafirmaram o que esperamos de processos democráticos. No entanto, o atraso no envio dos documentos dificultou a ampliação e motivação para uma efetiva participação dos servidores nesses debates.

Esperamos que os delegados do Congresso possam aprofundar as discussões no intuito de dar importantes diretrizes para os rumos institucionais desta Casa.